



MEMBRO DE:

FIDH – Federação Internacional dos Direitos Humanos

UIDH – União Internacional dos Direitos Humanos

FODHC-PALOP – Fórum das ONGs dos Direitos Humanos e da

### **COMUNICADO À IMPRENSA**

Com o conflito político-militar de 7 de Junho 1998 o país emergiu-se numa crise política e social sem precedentes, cujas consequências comprometem sem equívocos, os alicerces que sustentam a existência da nossa nobre nação, em virtude da imprevisível e alto grau de insegurança que se instalou após a crise sobredita.

Conquanto, não torna difícil mesmo para os menos atentos, provar que a insegurança constitui o maior problema para o funcionamento regular dos órgãos de soberania, aliás, as estatísticas ilustram que desde 1999 se registaram assassinatos de 3 Chefes-de-Estado Maior, dois golpes de estado, assassinato do Presidente da Republica e vários oficiais militares e dirigentes políticos, para além dos efeitos desestabilizadores do narcotráfico. Estes factos vulnerabilizam por completo das instituições democráticas e a consequente afirmação da autoridade do estado, igualmente, suplanta todos os valores estruturantes do estado de direito e princípios democráticos.

Por conseguinte os últimos acontecimentos registados no país vêm tornar patente e clarividente que a Guiné-Bissau é um paradigma dos estados frágeis e, **em consequência, precisa de uma missão de estabilização**, pois têm-se assistido:

- ❖ Permanente insubordinação das forças de defesa e segurança ao poder político legítimo;
- ❖ Constantes subversões da ordem constitucional e democrática;
- ❖ Assassinatos de altas figuras políticas e oficiais militares, associados ao alto grau de impunidade;
- ❖ Recuo da comunidade internacional devido às sistemáticas violações dos direitos humanos e dos compromissos internacionais.

**Pelo que, a Direcção Nacional da Liga Guineense dos Direitos Humanos delibera os seguintes:**

1. Congratular-se com os órgãos de soberania pela iniciativa do pedido de apoio à comunidade internacional para a vinda de uma missão de estabilização, enquanto factor de estabilidade política, social e económica do país;
2. Reafirmar publicamente a sua adesão à iniciativa e abertura total na efectivação deste processo, aliás, como tem feito com vários outros assuntos de interesse público;

3. Elogiar a coragem e determinação do Presidente da República na condução deste processo, apelando para efeito a sua concretização **em respeito pela ordem constitucional** e em estreita colaboração com as forças de defesa e segurança;
4. Apelar ao Presidente da Republica para promover um diálogo inclusivo e participativo de todas as forças vivas da nação tendente à procura de maior consenso à volta desta questão;
5. Exortar aos demais órgãos de soberania, partidos políticos e a sociedade civil, a contenção, perseverança e atitudes consentâneas com os grandes desígnios e interesses superiores da nação;
6. Elogiar os esforços da comunidade internacional conducentes a materialização deste processo;
7. Apelar a mobilização do povo guineense em torno deste assunto, enquanto factor imprescindível para alcançar a paz e consolidação do estado de direito;

**Feito em Bissau, aos 5 dias do mês de Agosto 2010**

**A DIRECÇÃO NACIONAL**

---